

# Sumário

<b>Prefácio</b>	<b>7</b>
<b>Introdução</b>	<b>13</b>
<b>A situação e a perspectiva de abordagem</b>	<b>21</b>
A situação etnográfica e sua problemática	21
A “comunidade” do Tambor e seus moradores	41
Gestão participativa e <i>habitus</i> local	83
Obstáculos à compreensão da cultura local	96
Perspectivas antropológicas e processos sociais	111
<b>Ocupação humana, disciplinamento e empresa extrativista no Jaú</b>	<b>119</b>
Breve histórico do processo de ocupação no baixo rio Negro	119
Dimensão social e política das relações patronais no Jaú	135
<b>Ambientalismo e desenvolvimento: a urdidura na criação de unidades de conservação na Amazônia</b>	<b>173</b>
Sobre a política de desenvolvimento e de conservação da natureza na região	173
“Esverdeamento” de organismos e agências internacionais	182
Criação do Parque Nacional do Jaú	192
Fundação Vitória Amazônica (FVA): a mediação do conflito por uma ONG socioambientalista	223

<b>“Rio dos Pretos”, “Tambor dos Morenos”, “Quilombo do Tambor”</b>	<b>253</b>
Processos sociais e etnicidade	253
“Remanescentes do quilombo da comunidade do Tambor”	314
<b>Etnicidade na relação com o Estado</b>	<b>341</b>
Contextos de produção e incorporação da etnicidade	341
O caso dos moradores do rio Unini	342
O caso da comunidade de São Raimundo do Pirativa - Amapá	357
Sobre variações na evocação da etnicidade	374
<b>Considerações finais</b>	<b>381</b>
<b>Referências</b>	<b>389</b>
<b>Anexos</b>	<b>403</b>

## Prefácio

A publicação do livro *Tambor dos Pretos: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas*, de João Siqueira, brinda os leitores com uma reflexão processual sobre a formação de unidades sociopolíticas identificadas como quilombo do Tambor e outro caso, tomado para efeitos comparativos, sobre a formação da Associação Quilombola de São Raimundo do Pirativa, no Amapá.

As paisagens construídas da fronteira amazônica sugerem as imagens de territórios desocupados e certo grau de isolamento das suas populações. Porém, a expansão contínua da fronteira através do movimento de interiorização na Amazônia e a “quebra do isolamento” ocasionada por processos descritos do ponto de vista econômico como de “desmarginalização”, com uma integração gradativa da chamada agricultura de subsistência e do “campeinato marginal tradicional” aos mercados do Centro-Sul do país,<sup>1</sup> ao invés de resultarem em uma homogeneização social crescente, têm reservado espaço para a variabilidade de “sujeitos históricos”,<sup>2</sup> antes considerados “marginais”.<sup>3</sup>

A naturalização das ideias de “isolado social” e/ou “isolado cultural” deixa de fora, às margens das descrições etnográficas,

---

<sup>1</sup> VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campeinato*. São Paulo; Rio de Janeiro. Difel, 1976, p. 203-239.

<sup>2</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. Anthropology and the savage slot. In: FOX, Richard (ed.). *Recapturing anthropology*. Santa Fé: School of American Research Press, 1991, p. 39.

<sup>3</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. A fronteira e suas metáforas In: \_\_\_\_\_. *Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Eduff, 1998, p. 1-10.

diferentes processos históricos e sociais que resultam na construção de um “isolamento consciente”, baseado na memória histórica e genealógica destes grupos. Este é o caso dos argumentos desenvolvidos pelo autor sobre os moradores ribeirinhos dos rios Jaú e Paunini, no Amazonas, afetados pela criação do Parque Nacional do Jaú, em 1980.

Antes de sua criação, nessa região é registrada intensa atividade econômica de empreendimento seringalista, caracterizado por formas de imobilização da força de trabalho dos “fregueses” dos seringais e a presença dos “regatões” em disputa pelo monopólio da comercialização dos “patrões” seringalistas. Na minha experiência de pesquisa,<sup>4</sup> em 1989, nos seringais do Alto Juruá, foi criada a primeira reserva extrativista do Brasil mediante ação civil pública que, a partir do depoimento dos seringueiros, tipifica juridicamente essa relação como forma de trabalho escravo em transgressão ao código penal brasileiro.

Deve-se observar que o autor da presente publicação destaca, em sua análise sobre a formação do Parque Nacional do Jaú, que esta, ainda pautada numa visão ambientalista de preservação ambiental, insistiu na reprodução dos mesmos mecanismos de coerção e submissão sobre as populações ali residentes. Sobre tudo depois da criação de um posto de observação do Ibama na foz do rio Jaú, controlando o movimento da população no seu deslocamento para a cidade de Novo Airão para comercialização de recursos extrativistas e de agricultura familiar em troca de outros produtos.

O controle do posto de observação do Ibama, conforme o autor, evoca a questão do panóptico de Foucault. Em outra experiência etnográfica pude igualmente observar que os agentes deste órgão mantinham em permanente vigilância os grupos étnicos “remanescentes de quilombos” do Trombetas, o que se constitui em exemplo de uma forma de operação do poder no

---

<sup>4</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. *Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Eduff, 1998.

espaço, que pode encontrar uma explicação pertinente no modelo do Panopticon de Bentham, analisado por Foucault.<sup>5</sup> Como um diagrama arquitetônico, representado, no caso, pelos postos de vigilância do Ibama que asseguram visibilidade permanente e fiscalização contínua, o Panopticon é um meio de controle do espaço e de ordenamento e distribuição de indivíduos e grupos, constituindo, como um dos seus exemplos, o modelo da cidade em quarentena. Mas ele é um “meio para a operação do poder no espaço”, tornando os indivíduos observáveis e sujeitos a essa forma de tecnologia disciplinar que, por vezes, investe sobre certas instituições.

A violência cometida pelos agentes do órgão ambiental nos postos de fiscalização e no controle ao longo do rio, através de agentes que se deslocam com lanchas a motor (conhecidas como “voadeiras”), em alta velocidade, observada em meados dos anos 1990 no rio Trombetas, são igualmente relatadas no livro *O Quilombo do Tambor* a partir de depoimentos coligidos nos trabalhos de campo etnográficos realizados por João Siqueira.

O autor ainda chama a atenção para os mecanismos de vigilância e repressão sobre os moradores ribeirinhos com o objetivo expulsá-los de suas áreas de ocupação tradicional, o que acabou levando ao deslocamento de inúmeras famílias para Barcelos ou Novo Airão. Deve-se observar que a mobilidade, neste caso, não representa necessariamente maior liberdade nas construções identitárias e nas estratégias de reprodução social. Conforme Hannah Arendt citada por Asad,<sup>6</sup> o problema é compreender como o poder dominante se realiza por meio do discurso da mobilidade, que não é meramente um evento em si, mas um momento da submissão de um ator por outro.

---

<sup>5</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. O Quilombo do Trombetas e do Erepecuru-Cumina In: \_\_\_\_\_ (org.). *Quilombo: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002, v. 1, p. 255-280.

<sup>6</sup> ASAD, Talal. *Genealogies of religion: discipline and reasons of power in Christianity and Islam*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

O domínio seringalista e a criação do Parque Nacional do Jaú, este último controlado pelo Estado brasileiro, chamam a atenção para os dois mais importantes poderes que dominam o espaço hoje, especialmente na Amazônia: os empreendimentos capitalistas e o Estado-nação modernizante. Essa mudança operada na forma de dominação do espaço na região do rio Jaú marca, por um lado, rupturas, mas, por outro, sobretudo, continuidades. O poder tutelar encontra-se presente em ambas as formas de controle do espaço e das populações tradicionais que, mediante formas de organização social camponesa e usos do território, possibilitaram a produção da própria configuração florestal e ambiental da paisagem amazônica.

Essas relações de dominação e a utilização de mecanismos tutelares exercidos pelo poder patronal e igualmente pelo Estado brasileiro, que são constitutivos das situações sociais apresentadas nesta publicação, engendram ações sociais estruturadas segundo disposições constitucionais pelos grupos que constroem o projeto político de reconhecimento, propriedade e posse plena dos territórios que ocupam como meio de luta pela autonomia dos modos de fazer, criar e viver, contra outros modelos de organização do espaço e exercício do poder.

Sobre esta questão, gostaria de destacar as análises do autor relacionadas à temática da etnicidade construída na relação com o Estado-nação. Tanto no Quilombo do Tambor, quanto no caso, tomado para fins comparativos, da Associação Quilombola de São Raimundo do Piratiba – Amapá, a comunicação da distintividade cultural em contextos de interação pode ser relacionada com racismo e discriminação. Usado analiticamente pela antropologia, o conceito de estereótipo se refere à criação e aplicação de noções padronizadas de distintividade cultural de um grupo e também diferenças de poder.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica* (UFF), v. 19, p. 91-111, 2005.

De acordo com os argumentos desenvolvidos por João Siqueira neste livro, podemos dizer, segundo Eriksen, que “nada vem do nada” e “fortes identidades coletivas são sempre imersas em experiências pessoais”.<sup>8</sup> Assim, de nada adianta situar essas identidades políticas em um constructo universalista, pois elas mudam historicamente e variam geograficamente; nem adianta situá-las na soberania do Estado pela imposição de categorias étnicas para fins de governabilidade, mas sim na vida social, na qual indivíduos e grupos atribuem significados ao mundo.<sup>9</sup>

Por fim, as questões analisadas neste livro por João Siqueira nos permitem evocar as reflexões de Veena Das<sup>10</sup> e Talal Asad<sup>11</sup> sobre o Estado e suas margens e os tipos de práticas que parecem desfazer o Estado não só em suas margens, mas na centralidade de suas ações políticas, legais e administrativas.<sup>12</sup>

*Eliane Cantarino O’Dwyer*

*Professora titular do Departamento de Antropologia da  
Universidade Federal Fluminense e dos Programas de Pós-Graduação  
em Antropologia da UFF e da Universidade Federal do Pará*

---

<sup>8</sup> ERIKSEN, T. H. *Ethnic identity, national identity and intergroup conflict*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 50.

<sup>9</sup> O’DWYER, Eliane Cantarino. Construções identitárias: nada vem do nada. In: \_\_\_\_\_. *Processos identitários e a produção da etnicidade*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2013, v.1, p. 11-14.

<sup>10</sup> DAS, Veena. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, UBA, Buenos Aires, Argentina, n. 27, p.19-52, julio, 2008.

<sup>11</sup> ASAD, Talal ¿Dónde están los márgenes del estado? In: *Cuadernos de Antropología Social*, UBA, Buenos Aires, Argentina, n. 27, p. 53-62, 2008.

<sup>12</sup> O’DWYER, Eliane Cantarino. Projeto modernizador de construção da nação e estratégias de redefinição do estado e suas margens In: ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Humanitas; UFMG, 2014, v. 1, p. 79-94.